

RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANÉSIA

**GUARANÉSIA
Março / 2022**

Prefeito Municipal

NOME: Laércio Cintra Nogueira

CPF: 472.513.876-20

Integrante do Controle Interno

NOME: Ana Luiza Ribeiro Dias

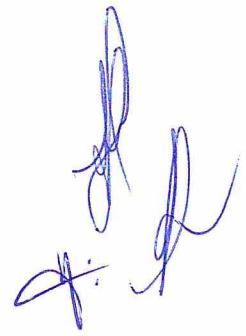
CPF : 123.559.776-82

NOME: Leonardo Ribeiro Francisco

CPF : 086.629.936-05

NOME: Barbara Nardi

CPF : 701.240.866-91



ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO

2. INTRODUÇÃO

3. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI ORÇAMENTÁRIA

4. AVALIAÇÃO DO RESULTADO QUANTO À EFICIÊNCIA E À EFICÁCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

4.2. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

4.3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

4.4. CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

4.5. CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

4.6. RESERVA DE CONTINGÊNCIA

5. AVALIAÇÃO DO RESULTADO QUANTO À EFICIÊNCIA E À EFICÁCIA DA GESTÃO FINANCEIRA

6. AVALIAÇÃO DO RESULTADO QUANTO À EFICIÊNCIA E À EFICÁCIA DA GESTÃO PATRIMONIAL

6.1. COMPARATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL

- ATIVO CIRCULANTE

- ATIVO NÃO CIRCULANTE

- PASSIVO CIRCULANTE

- PASSIVO NÃO CIRCULANTE

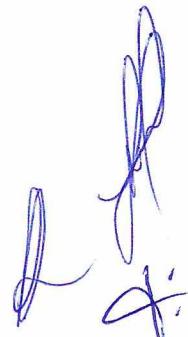
- PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.2. DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO PATRIMONIAL.

- RESULTADO PATRIMONIAL

6.3. DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA

6.4. DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE.



6.5. DEMONSTRAÇÃO DOS DEVEDORES DIVERSOS.

6.6. INVENTÁRIO GERAL ANALÍTICO

6.7. ANÁLISE DO EQUILÍBRIOS DA CONTAS PÚBLICAS

7. ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES PARA A INSCRIÇÃO DE DESPESAS EM RESTOS A PAGAR

8. ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DO LIMITE E DAS CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL.

9. AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO RECURSO NA MANUTENÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO.

9.1. APLICAÇÃO NO ENSINO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL.

9.2. APLICAÇÃO NO FUNDO DA MANUTENÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DA VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO.

10. AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO RECURSO NA AÇÕES E NO SERVIÇOS PÚBLICOS DA SAÚDE.

11. INFORMAÇÃO QUANTO À DESTINAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDA COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS.

12. ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ARTIGO 29-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL REFERENTE AO REPASSE MENSAL DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO.

13. APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS REALIZADA POR ENTIDADES DE DIREITO PRIVADO.

14. MEDIDAS ADOTADAS PARA PROTEGER O PATRIMÔNIO PÚBLICO, EM ESPECIAL O ATIVO IMOBILIZADO.

15. TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS E A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO EM CONSÓRCIO PÚBLICO, AS RESPECTIVAS LEIS E O IMPACTO FINANCEIRO NO ORÇAMENTO.

16. CUMPRIMENTO, DA PARTE DOS REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DO MUNICÍPIO, DOS PRAZOS DE ENCAMINHAMENTO DE INFORMAÇÕES, POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS (SICOM), NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 4º E DO CAPUT DO ART. 5º, AMBOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011, DO TRIBUNAL DE CONTAS DE MINAS GERAIS



**17. INFORMAÇÕES SOBRE A ADESÃO ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI
23.422/2019**

18. CONCLUSÃO

Two handwritten signatures in blue ink are present at the bottom right of the page. The signature on the left is a stylized, cursive 'F'. The signature on the right is more complex and appears to be a name, possibly 'Silva' or 'Silveira', written in a flowing, expressive script.

1. APRESENTAÇÃO

Nos termos do art. 74 da Constituição da República, art. 59 da Lei Complementar nº 101/00, art. 63 a 66 da Lei Complementar nº 102/2008 e em atendimento ao disposto na Instrução Normativa nº 04/2017 do TCE/MG, combinados com os artigos 75 a 80 da Lei n.º 4.320/64, o Controle Interno da Prefeitura Municipal de Guaranésia apresenta o Relatório de Controle Interno da Prestação de Contas do exercício financeiro de 2021.

2. INTRODUÇÃO.

O encerramento do exercício financeiro de 2021 deixou evidenciado mais uma vez, a evolução da prática adotada pela administração pública, com relação ao planejamento e ao acompanhamento da execução orçamentária.

A metodologia criada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, para garantir o equilíbrio, a transparência, e o controle da conta pública, está se consolidando a medida do uso, demonstrando que a condução do negócio público, está pautada na gestão fiscal responsável.

Neste aspecto, durante o exercício de 2021, foi procurado um maior aperfeiçoamento da prestação do serviço interno e externo, com forma incisiva e exigente, quanto à necessidade do planejamento da programação financeira e da realização do desembolso, preservando a legalidade, e desta forma, também garantindo a legitimidade do processo em geral.

A postura do sistema do controle interno neste processo foi para atuar em forma integrada, visando o cumprimento do programa e da meta do governo, atendendo desta forma, toda a legislação que rege a matéria, acompanhando em forma prévia, concomitante, e subsequente, toda e qualquer ação desenvolvida, visando à proteção do ativo, a obtenção da informação adequada, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito à política da administração, e ainda zelando também pela gestão otimizada do processo em geral desta administração.

3. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI ORÇAMENTÁRIA

O valor total previsto no Plano Plurianual para o exercício de 2021 foi de R\$ 47.619.900,00 e o valor total executado foi de R\$ 62.380.817,45.

4. AVALIAÇÃO DO RESULTADO QUANTO À EFICIÊNCIA E À EFICÁCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei Orçamentária Anual se configurou como um instrumento para planejamento, indo além da mera estimativa da receita e da despesa, onde se procurou estabelecer uma política voltada para o atendimento do anseio da população, equacionando esta política com o recurso disponível.



4.1. ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

A Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2021 foi elaborada em consonância com toda disposição legal, tendo sido aprovada pela Lei Municipal nº 2468 de 18 de dezembro de 2020.

Durante o processo da elaboração da proposta orçamentária, foi verificada qual era a demanda existente, como também a providência para o seu equacionamento, combinada com a definida no Plano Plurianual e na Lei de Diretriz Orçamentária, e ainda, com a expectativa da receita para o exercício.

Consagrando o princípio da democracia e da transparência, e ainda atendendo ao parágrafo único, do artigo 48, da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi assegurada à população a participação no trabalho da elaboração do orçamento.

Com relação à estimativa da receita, foi observado criteriosamente o seguinte aspecto:

- a evolução da receita anteriormente recebida verificada por método estatístico,
- o fator conjuntural que poderia influenciar a produtividade da fonte específica existente,
- a previsão do repasse do ICMS e do FPM,
- a expansão do número do contribuinte e a alteração na legislação tributária,
- a projeção da receita transferida a ser realizada por outra instituição,
- a legislação vigente.

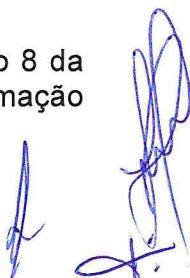
Com relação à fixação da despesa, foi observado criteriosamente o seguinte aspecto:

- a demanda interna conjugada com o histórico da despesa realizada anteriormente,
- a meta prevista no Plano Plurianual,
- a meta e a prioridade definida na Lei de Diretriz Orçamentária,
- a fixação da reserva de contingência conforme Lei de Diretriz Orçamentária,
- a receita estimada,
- a legislação vigente.

4.2. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

A execução orçamentária foi realizada segundo mandamento definido na Lei Contábil nº 4.320/1964, na Lei Licitatória nº 8.666/1993, na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), e em demais mandamentos legais pertinentes.

Após a publicação da Lei Orçamentária Anual, atendendo o artigo 8 da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi elaborado o quadro da programação



financeira, o quadro do cronograma mensal do desembolso, e o quadro da meta bimestral da arrecadação, objetivando buscar e manter o equilíbrio das contas públicas.

Dessa forma, e bem criteriosamente, foi verificado primeiramente a receita, geração e montante, e depois foi definida a despesa, quando seria efetivado o gasto e o respectivo montante, sempre a estabelecer e a garantir o equilíbrio das contas públicas.

A programação financeira consistiu em planejar mensalmente o fluxo da entrada do recurso, e com base nele, foi estabelecido o cronograma do desembolso, ou seja, a saída do caixa e o valor a ser distribuído através da cota.

Assim sendo, primou-se por conhecer bem o comportamento da receita durante o ano, e atentou-se para qualquer mudança, que sob alguma forma, poderia alterar a produtividade da fonte durante o exercício financeiro de 2021.

Nesse aspecto, foi elaborada a programação financeira, ou seja, a receita, e depois foi estabelecido o cronograma do desembolso mensal, ou seja, a despesa, tendo como base a observação de determinado critério, tanto para a receita como para a despesa, conforme detalhe abaixo:

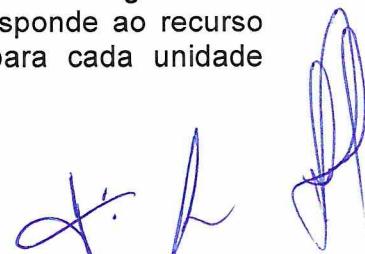
Para a receita:

- a análise do comportamento da receita por receita,
- a indicação e a orientação do técnico que trabalha com a arrecadação,
- a indicação com base na proporção da receita realizada no ano anterior,
- a informação da proposta orçamentária aprovada para 2021,
- a informação da receita vinculada estimada,
- a experiência e o bom senso.

Para a despesa:

- a indicação baseada no conhecimento da despesa fixa,
- a indicação baseada na proporção da despesa realizada no ano anterior,
- a informação da proposta orçamentária aprovada para 2021,
- a indicação do técnico que trabalha diretamente com a geração da despesa,
- a informação do setor do pessoal da entidade,
- a informação da receita vinculada estimada,
- a indicação da unidade administrativa em relação à programação da despesa,
- a indicação da reserva técnica,
- a informação relativa ao valor a ser repassado mensalmente á câmara,
- a previsão do pagamento do resto a pagar do exercício anterior,
- a experiência e bom senso.

Após a elaboração da programação financeira e do cronograma do desembolso, foi efetuada a distribuição da cota, que corresponde ao recurso financeiro liberado em determinado período do tempo para cada unidade



orçamentária, instrumento que visa regular o equilíbrio fiscal durante a execução orçamentária e financeira.

4.3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Por meio do Balanço Orçamentário, pode ser observada a capacidade do planejamento, uma vez que o mesmo demonstra a receita e a despesa prevista, em confronto com a realizada, bem como fornece condição para verificar, sob forma global, o desempenho da administração no tocante à arrecadação e ao emprego do recurso público.

O valor da receita orçada para o exercício foi [maior ou menor] que a receita efetivamente arrecadada, ocorrendo um [déficit ou superávit] da arrecadação.

4.4. CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

O Crédito Suplementar destinado ao reforço da dotação orçamentária foi aberto em conformidade com o que prescreve o artigo 40 da Lei Contábil nº 4.320/1964, e o artigo 167 inciso V da Constituição Federal, e respeitou o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e em Lei Específica.

4.5. CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

Para a abertura do Crédito Especial, foi observado o requisito do artigo 40 da Lei Contábil nº 4.320/1964, do artigo 167 inciso V da Constituição Federal, do artigo 15, 16, 17 e 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e a existência da prévia autorização legislativa.

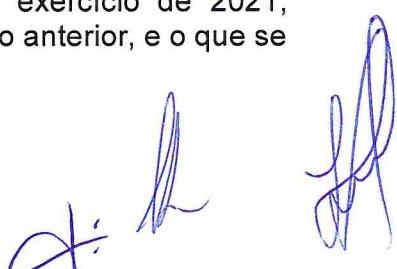
4.6 RESERVA DE CONTINGÊNCIA.

A Lei Orçamentária Anual do exercício de 2021 contemplou a reserva de contingência, cuja forma para utilização foi estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a qual foi destinada ao atendimento do passivo contingente e outro risco e evento fiscal imprevisto.

Como não ocorreu nenhum fato relacionado a risco fiscal ou a passivo contingente, a reserva de contingência foi utilizada como fonte do recurso para a abertura do crédito adicional.

5. AVALIAÇÃO DO RESULTADO QUANTO À EFICIÊNCIA E À EFICÁCIA DA GESTÃO FINANCEIRA.

O Balanço Financeiro demonstra o recebimento e o pagamento da natureza orçamentária e extra-orçamentária ocorrido no exercício de 2021, conjugado com o saldo em espécie proveniente do exercício anterior, e o que se transfere para o exercício seguinte.



Procedimento adotado, relativo à execução financeira:

- a receita foi registrada pelo regime do caixa,
- a despesa foi registrada pelo regime da competência,
- o processo do pagamento assegura que foi cumprida a formalidade legal,
- o boletim diário do caixa foi escriturado diariamente,
- a conciliação bancária foi elaborada mensalmente,
- o recurso vinculado foi aplicado na finalidade específica,
- o saldo não aplicado se manteve na conta bancária vinculada para o exercício seguinte,
- o rendimento da aplicação financeira do recurso vinculado foi aplicado na finalidade específica,
- a retenção do imposto de renda foi feita e apropriada pela prefeitura como receita orçamentária,
- a aplicação financeira foi efetuada em banco oficial,
- a despesa orçamentária pendente da quitação foi inscrita em resto a pagar,
- a inscrição do resto a pagar foi feita utilizando como contrapartida a receita extra-orçamentária,
- o balanço financeiro confere com o quadro da apuração da receita e despesa.

6. AVALIAÇÃO DO RESULTADO QUANTO À EFICIÊNCIA E À EFICÁCIA DA GESTÃO PATRIMONIAL.

6.1. BALANÇO PATRIMONIAL.

O Balanço Patrimonial demonstra a posição patrimonial da entidade no final do período, com detalhe da conta representativa da disponibilidade do bem, do direito, e da obrigação, evidenciando o saldo patrimonial da entidade, ou seja, o Patrimônio Líquido.

ATIVO CIRCULANTE

- Caixa e Equivalentes de Caixa = R\$ 10.404.158,70
- Créditos a Curto Prazo = R\$ 455.308,37
- Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo = R\$ 0,00
- Estoques = R\$ 70.791,53
- Ativo Não Circulante Mantido para Venda = R\$ 0,00
- VPD's Pagas Antecipadamente = R\$ 0,00



ATIVO NÃO CIRCULANTE

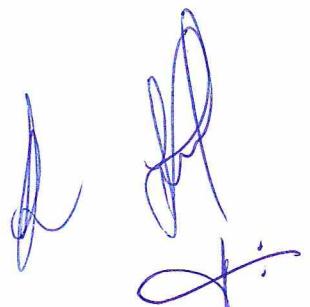
- Realizável a Longo Prazo = R\$ 7.372.519,54
- Investimentos = R\$ 1.100.871,90
- Imobilizado = R\$ 69.361.143,69
- Intangível = R\$ 0,00

PASSIVO CIRCULANTE

- Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto Prazo = R\$ 0,00
- Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo = R\$ 47.053,29
- Fornecedores e Contas a pagar a Curto Prazo = R\$ 1.685.191,27
- Obrigações Fiscais a Curto Prazo = R\$ 0,00
- Obrigações de Repartições a Outros Entes = 0,00
- Provisões a Curto Prazo = R\$ 0,00
- Demais Obrigações a Curto Prazo = R\$ 302.274,73

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

- Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Longo Prazo = R\$ 1.030.814,73
- Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo = R\$ 4.036.792,33
- Fornecedores e Contas a pagar a Longo Prazo = R\$ 1.943.327,47
- Obrigações Fiscais a Longo Prazo = R\$ 202.668,00
- Provisões a Longo Prazo = R\$ 0,00
- Demais Obrigações a Longo Prazo = R\$ 800,000
- Resultado Diferido = R\$ 0,00



PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é a diferença entre o Total do Ativo e o Total do Passivo, sendo que quando a diferença é positiva apura-se o ativo real líquido, caso contrário apura-se o passivo real a descoberto, sendo que em 31/12/2021, apurou-se um Patrimônio Líquido de R\$ 79.515.871,91.

6.2. DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO PATRIMONIAL.

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

RESULTADO PATRIMONIAL.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, sendo que em 31/12/2021 apurou-se um Superávit de R\$ 27.535.890,59.

O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

6.3. DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA

Demonstra a dívida a longo prazo, ou seja, a dívida com prazo para pagamento superior a um ano, sendo que toda obrigação a longo prazo, está demonstrada na dívida fundada.

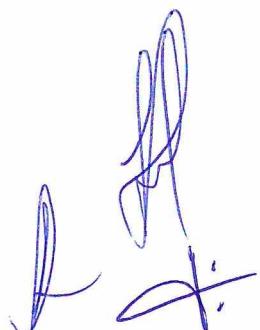
- Empréstimos e Financiamento de Longo Prazo = R\$ 4.036.792,33.
- Parcelamentos de Dívidas de Longo Prazo = R\$ 3.177.610,20.

6.4. DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE.

Demonstra a dívida a curto prazo, ou seja, a dívida com prazo para vencimento inferior a um ano, sendo que toda obrigação a curto prazo, está corretamente demonstrada no quadro da dívida flutuante.

- Restos a pagar = R\$ 6.879.276,76
- Serviços da Dívida a pagar = R\$ 47.053,29
- Depósitos e Consignações = R\$ 647.803,14
- Débitos de Tesouraria = R\$ 0,00

6.5. DEMONSTRAÇÃO DOS DEVEDORES DIVERSOS.



Demonstra o crédito a curto prazo, ou seja, o crédito com prazo para vencimento inferior a um ano, sendo que o crédito a curto prazo, está corretamente demonstrado no quadro dos devedores diversos.

- Haveres Financeiros = R\$ 0,00

6.6. INVENTÁRIO GERAL ANALÍTICO.

O valor constante no inventário geral analítico guarda paridade com a demonstração contábil, sendo que todo valor constante no inventário geral analítico pode ser comprovado através do extrato, conciliação, declaração, carga patrimonial, certidão, e outros documentos hábeis.

6.7. ANÁLISE DO EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS

O índice da liquidez imediata, indica que para cada R\$1,00 da dívida a curto prazo do exercício de 2021, a Prefeitura e a Câmara possui disponível em Caixa e Equivalentes de Caixa o valor de R\$ 5,11

R\$ 10.404.158,70 (Disponível em Caixa e Equivalentes de Caixa) / R\$ 2.034.519,29 (Passivo Circulante) = R\$ 5,11

O índice da liquidez corrente, indica que para cada R\$1,00 do Passivo Circulante do exercício de 2021, a Prefeitura e a Câmara possui em Disponibilidade Financeira e em Crédito e Direitos a Curto Prazo o valor de R\$ 5,37

R\$ 10.930.258,60 (Ativo Circulante) / R\$ 2.034.519,29 (Passivo Circulante) = R\$ 5,37

O índice da liquidez real indica que para cada R\$ 1,00 do compromisso a curto, médio, e longo prazo do exercício de 2021, a Prefeitura e a Câmara possui em Ativo o valor de R\$ 9,60.

R\$ (Total do Ativo): R\$ 88.764.793,73 (Total do Passivo) = R\$ 9.248.921,82 = R\$ 9,60.

7. ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES PARA A INSCRIÇÃO DE DESPESAS EM RESTOS A PAGAR.

Os restos a pagar inscritos no exercício obedeceram OU não obedeceram ao limite para inscrição (Disponibilidade de Caixa).

- Inscrição de Restos a pagar em 31/12/2021 = R\$ 6.136.982,35
- Disponibilidade de Caixa = R\$ 10.373.623,01



8. ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DO LIMITE E CONDIÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL.

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando por base o gasto no mês em referência mais o gasto de onze meses anteriores, adotando o regime da competência, ou seja, o mês para referência de empenho da folha do pagamento.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o gasto com pessoal do município não poderá exceder a 60% da receita corrente líquida apurada no período, sendo que o gasto do poder legislativo não poderá exceder a 6% da receita corrente líquida, e o gasto do poder executivo a 54% da receita corrente líquida.

Desta forma, o gasto com pessoal realizado pelo Poder Executivo foi de 47,77%, o do Poder Legislativo foi de 2,09% e do município foi de 49,86% (Consolidado), o qual evidencia o cumprimento da norma legal.

9. AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO RECURSO NA MANUTENÇÃO E NO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO.

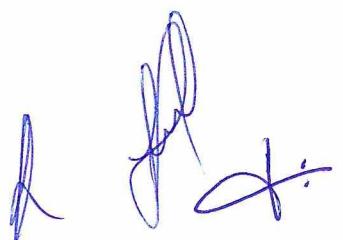
9.1. APLICAÇÃO NO ENSINO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL.

Conforme pode ser observado, o percentual gasto com a manutenção e o desenvolvimento do ensino foi 21,79 %, sendo inferior a 25% da base do cálculo, portanto não atendeu o disposto no artigo 212 da Constituição Federal e o artigo 69 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996. No entanto conforme tramita no congresso nacional, a Proposta de Emenda à Constituição PEC 13, define em seu art 1º, passando a Vigorar acrescido do seguinte art.115:

"Art 115. Em decorrência do estado de calamidade pública provocado pela pandemia da covid-19, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os agentes públicos desses ente federados não poderão ser responsabilizados administrativa, civil ou criminalmente pelo descumprimento, exclusivamente nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do previsto do artigo 212 da Constituição Federal.

9.2. APLICAÇÃO NO FUNDO DA MANUTENÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DA VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO.

Conforme pode ser observado, o percentual gasto com a remuneração do profissional do magistério com recurso do FUNDEB foi de 73,63%, sendo superior ao limite mínimo do 70% da receita arrecadada, e atendendo a determinação do artigo 26 da Lei do Fundeb nº 14.113/2020.



O saldo final resultante não excede o limite de 10% para remanejamento conforme lei.

10. AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO RECURSO NA AÇÃO E NO SERVIÇO PÚBLICO DA SAÚDE.

Conforme pode ser observado, o percentual gasto na ação e no serviço público da saúde foi de 35,51 %, sendo superior a 15% da base do cálculo determinada pela Lei Complementar nº 141/2011, e atendendo o disposto no artigo 198, §2º, III da Constituição Federal de 1988.

11. INFORMAÇÃO QUANTO À DESTINAÇÃO DO RECURSO OBTIDO COM A ALIENAÇÃO DO ATIVO.

Os recursos arrecadados no exercício financeiro de 2021, oriundos da alienação de bens, estão aplicados em conta bancária específica.

12. ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO ARTIGO 29-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL REFERENTE AO REPASSE MENSAL DO RECURSO AO PODER LEGISLATIVO.

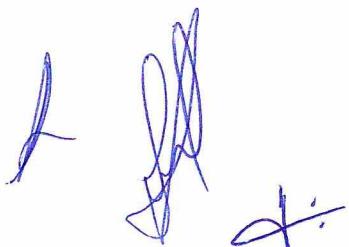
O limite máximo do repasse ao Poder Legislativo no exercício de 2021, foi calculado tomando como base do cálculo a receita arrecada no exercício anterior (total líquido da receita tributária, da transferência constitucional, da receita da dívida ativa tributária, e da receita da multa e do juro decorrente da receita tributária), e considerando o limite percentual 7% referente a população do município que é 19.017 habitantes.

Limite Máximo: R\$ 34.748.863,60 x 7% = R\$ 2.432.420,45 (Base de Cálculo do exercício de 2021).

O limite mínimo do repasse ao Poder Legislativo no exercício de 2021, foi correspondente ao duodécimo do valor aprovado na lei orçamentária de 2021 para o orçamento da Câmara, conforme determina o artigo 168 da Constituição Federal, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 45/2004, e considerando que a despesa do Poder Legislativo foi fixada no montante de R\$ 2.011.000,00, sendo este o limite mínimo do repasse, conforme determina o inciso II § 2º do artigo 29 A da Constituição Federal, o qual também foi cumprido.

Limite Mínimo: R\$ 2.011.000,00.

O valor do repasse considerando o saldo financeiro de 31/12/2020 da câmara municipal foi R\$ 78.485,27, e que o repasse referente ao duodécimo totalizou R\$ 1.934.407,78, desta forma o total de repasses à Câmara Municipal foi de R\$ 2.012.893,05



13. APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS REALIZADA POR ENTIDADES DE DIREITO PRIVADO

APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS POR ENTIDADES DE DIREITO PRIVADO

O Município possui convênios com entidades de direito privado, o qual contribuiu no exercício de 2021 conforme segue:

Entidade	Repasso	R\$
Sociedade Santo Antonio de Padua	Termo de fomento 008/2021	6.930,00
CESG	Termo de Fomento 013/2021	12.000,00
CESG	Termo de Fomento 012/2021	41.361,62
Associacao Montanhas Cafeeiras	Convênio 002/2021	6.000,00
Assoc. Arte Vida Cultura da Capoeira	Termo de Fomento 011/2021	20.000,00
Assoc dos Pequenos Produtores FA	Termo de Colaboração 004/2020	5.000,00
Associação Mantenedora Animais	Termo de Fomento 001/2021	54.000,00
Associacao Missao Vida	Termo de Fomento 005/2021	6.199,98

14. MEDIDAS ADOTADAS PARA PROTEGER O PATRIMÔNIO PÚBLICO, EM ESPECIAL O ATIVO IMOBILIZADO

Foi realizado o acompanhamento sistemático do estado de conservação dos bens patrimoniais, objetivando manter sua integridade física, observando-se a proteção do bem contra agentes da natureza, mediante a tomada de medidas para evitar a corrosão, oxidação, deterioração e outros agentes que possam reduzir a sua vida útil.

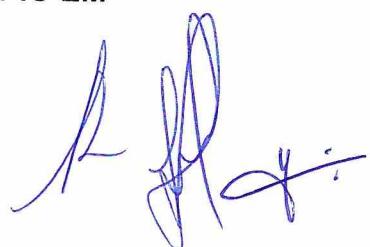
A verificação do estado físico dos bens foi realizada mediante inventários locais periódicos, realizados por iniciativa do Departamento de Patrimônio, e, ainda no decorrer do inventário anual, onde puderam ser identificadas as condições de conservação.

Os bens são emplacados e controlados pelo Setor de Patrimônio. Os registros são feitos pelo valor de aquisição e está sendo feito um levantamento geral para reavaliação e/ou depreciação.

No exercício de 2021 os bens inventariados foram inspecionados pelo setor de patrimônio do município, principalmente os veículos da frota da prefeitura.

15. TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS E A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO EM CONSÓRCIO PÚBLICO, AS RESPECTIVAS LEIS E O IMPACTO FINANCEIRO NO ORÇAMENTO

PARCERIAS FIRMADAS E PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS



Consórcios	Repasso	R\$
Cislagos – Consorcio Intermunicipal de Saúde		174.051,00
Conderg	Convênio 03/2021	93.072,68
Consorcio Interm. De Saude Macro Regiao	Contrato Rateio 65/2021	73.456,78
Consórcio Desenvolvimento Café - Concafé	Contrato Rateio 2021	5.183,70
CIMOG	Contrato Rateio 01/2021	12.000,00

16. CUMPRIMENTO, DA PARTE DOS REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DO MUNICÍPIO, DOS PRAZOS DE ENCAMINHAMENTO DE INFORMAÇÕES, POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS (SICOM), NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 4º E DO CAPUT DO ART. 5º, AMBOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011, DO TRIBUNAL DE CONTAS DE MINAS GERAIS

O Município de Guaranésia/MG, com esforço e empenho dos seus funcionários e parceiros de consultoria contábil e de informática conseguiram realizar o encaminhamento das informações municipais por meio do SICOM dentro dos prazos e condições estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG, cumprindo assim o determinado pela Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º.

17. INFORMAÇÕES SOBRE A ADESÃO ÀS DISPOSIÇÕES DA LEI 23.422/2019

Demonstrativo da Cessão de Direitos Creditórios (Lei 23.422/2019)

	SIM/NÃO:
Houve adesão do município às disposições da Lei 23.422/2019?	NÃO
Se SIM, indicar a opção feita pelo município:	
Art. 1º - Cessão de créditos:	
Art. 6º - Operação de crédito:	
Nº da Lei Municipal que autorizou a cessão:	

No caso de opção pelo art. 1º, indicar:

Natureza do crédito	ICMS	IPVA	Fundeb	Outros (especificar)
Contas bancárias e instituições financeiras em que ocorreram o crédito da receita				

Valor do repasse em atraso negociado (a)			
Valor das despesas cobradas pela instituição Financeira (b)			
Valor líquido recebido pelo município (a - b)			
Parcela do recurso recebido vinculado à educação			
Fonte, conta bancária e instituição financeira onde ocorreu o crédito do recurso vinculado à educação			
Parcela do recurso recebido vinculado à saúde			
Fonte, conta bancária e instituição financeira onde ocorreu o crédito do recurso vinculado à saúde			
Opinião do controle interno quanto à regularidade da operação: (Favorável/ Desfavorável)			
Opinião do controle interno quanto à razoabilidade da taxa de juros da operação: (Favorável/ Desfavorável)			

Natureza da garantia	ICMS	IPVA	Fundeb	Outros (especificar)
Valor da garantia por natureza				
Valor da operação de crédito				
Valor dos juros				
Taxa de juros efetiva da transação				
Opinião do controle interno quanto à regularidade da operação: (Favorável/ Desfavorável)				
Opinião do controle interno quanto à razoabilidade da taxa de juros da operação: (Favorável/ Desfavorável)				

Handwritten signatures in blue ink, likely signatures of officials or auditors, are placed at the bottom right of the document.

18. CONCLUSÃO.

O processo de Prestação de Contas foi examinado por este Controle Interno e verificou-se que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que trata a Instrução Normativa nº 04/2017, e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

O Órgão Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Guaranésia/MG acompanhou a execução orçamentária, financeira, patrimonial, administrativa e operacional, bem como analisou as demonstrações contábeis e os registros que deram origem as mesmas, para então, emitir o parecer sobre as contas do exercício de 2021.

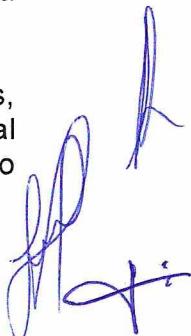
Trabalhou-se de forma integrada junto ao controle interno das demais entidades pertencentes a este Município e acompanhou-se de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando a proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, e a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração.

Por meio dos acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificou-se que todas as recomendações/determinações expedidas por este sistema de controle interno foram objeto de ações com vistas ao cumprimento das mesmas.

Nos trabalhos examinaram-se os controles internos administrativos desta entidade, com base nos procedimentos e técnicas utilizadas, e concluiu-se que os mesmos estão devidamente adequados e aderentes às normas internas do órgão controlado.

Finalmente, procedeu-se ao exame do Processo de Prestação de Contas levantado em 31 de dezembro de 2021, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade da administração. Verificou-se o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais, o Comparativo do Balanço Patrimonial, a Demonstração da Dívida Flutuante, a Demonstração dos Devedores Diversos, a Demonstração da Dívida Fundada, a Demonstração dos Bens Incorporados e Desincorporados, o Inventário Geral Analítico, o Demonstrativo dos Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, o Demonstrativo dos Recursos Recebidos do FUNDEB e sua Aplicação, o Demonstrativo dos Gastos com Pessoal, o Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, o Demonstrativo dos Limites de Repasses ao Poder Legislativo, o parecer conclusivo do conselho do FUNDEB acerca da aplicação dos recursos e demais demonstrações contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente em todos os aspectos legais, a posição patrimonial e financeira da Prefeitura e Câmara, em 31 de dezembro de 2021, referente ao

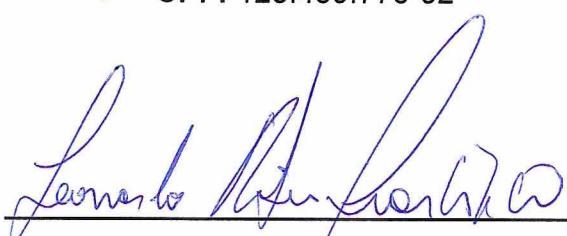


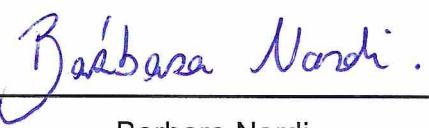
exercício findo naquela data, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, estando, portanto, a Prestação de Contas em condições de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Há de salientar no que tange o disposto do artigo 212 da Constituição Federal, que estipula limite mínimo de gastos a ser aplicado em educação pelo ente, de 25%, montante este que não foi atingido durante o exercício financeiro de 2021. No entanto, devido as eventualidades da COVID-19, tramita no congresso Nacional Proposta de Emenda a Constituição de numero 13, com a finalidade de ausentar o gestor publico de irregularidades durante os exercícios de 2020 e 2021, há de se aguardar sua tramitação e devida sanção presidencial para que tal meta não atingida, se torne de fato descumprida. A PEC em questão determina que a diferença aplicada em tais exercícios deverão ser aplicadas nos exercícios financeiros subsequentes, conforme trecho da PEC 13 “O ente deverá complementar na aplicação da manutenção e desenvolvimento do ensino, ate o exercício de 2023, a diferença a menor entre o valor aplicado”.

Portanto, após aferições e análises efetuadas opinamos conclusivamente pela regularidade das contas do Prefeito referente ao exercício financeiro de 2021.

Guaranésia, 09 de Março de 2022.


Ana Luiza Ribeiro Dias
PRESIDENTE DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO
CPF: 123.459.776-82


Leonardo Ribeiro Francisco
SUPERVISOR DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO
CPF: 086.629.936-05


Barbara Nardi
RELATORA DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO
CPF: 701.240.886-91

PARECER ACERCA DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS PELO FUNDEB – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2021, DO MUNICÍPIO DE GUARANÉSIA- MG.

Com fundamento nas disposições da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05/10/1988; Emenda Constitucional nº 108, de 26/08/2020. Lei nº 14.113, de 25/12/2020 e IN nº 04/2017 do TCE/MG, o Conselho Municipal de Acompanhamento Social do FUNDEB emite sua análise sobre a aplicação dos recursos do FUNDEB, referente ao Exercício de 2021.

FUNDAMENTADO NOS DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS DO FUNDEB EXERCÍCIO DE 2021

1. DOS REPASSES MENSAIS E APLICAÇÃO

Este relatório cuida da fiscalização do repasse dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) correspondente ao exercício de 2021.

Salientamos que a Receita do FUNDEB, no exercício de 2021, totalizou R\$ 9.439.308,85 assim distribuídos:

DESCRÍÇÃO	VALOR (R\$)
1 - Fundeb – Impostos e Transferências	
Transferência de Recursos do FUNDEB	9.368.026,30
Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – FUNDEB	71.282,55
2 - Fundeb – Complementação da União – VAAT	
Transferência de Recursos do FUNDEB	0,00
Receita de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados – FUNDEB	0,00
Subtotal	9.439.308,85
Devolução de Recursos do Fundeb – Consulta nº 1.047.710	0,00
TOTAL DA RECEITA	9.439.308,85

No âmbito da aplicação, os recursos foram distribuídos entre o pagamento de pessoal e encargos sociais – profissionais da educação básica em efetivo exercício (Parcela do 70%), o valor de R\$ 6.950.203,77 e em outros pagamentos

(Parcela do 30%), o valor de R\$ 1.617.365,02, aplicados no exercício de 2021, de acordo com o Anexo VIII da Instrução Normativa TCE-MG nº 04/2017, referentes à Prestação de Contas Anual do exercício de 2021, repassados ao Município de GUARANÉSIA- MG, no exercício de 2021.

2. DAS DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

2.1 – PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EFETIVO EXERCÍCIO

Confirmou-se a plena inteligência do Capítulo V, artigo 26 da Lei nº 14.113/2020, e art. 12 da Instrução Normativa TCE/MG nº 02/2021, segundo o qual os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, inclusive aqueles oriundos da complementação da União, serão utilizados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício em que lhes forem creditados, em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, assegurados que pelo menos 70% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais do Fundo serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Segue tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	%	VALOR (R\$)
Total das Receitas do Fundeb	100	9.439.308,85
Total das Despesas realizadas com Recursos do Fundeb		8.567.568,79
Mínimo legal para Gastos com Profissionais do Magistério	70%	6.607.516,20
Aplicação na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica em Efetivo Exercício	73,63%	6.950.203,77

Constatamos, assim, que no exercício de 2021, o Município de GUARANÉSIA-MG, cumpriu a legislação básica da educação, aplicando 73,63%, ficando acima do mínimo exigido de 70%, na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica em Efetivo Exercício.

COMPLEMENTAÇÃO FUNDEB - VAAT	%	VALOR (R\$)
Total das Receitas do Fundeb - Complementação	100	-----
Mínimo legal para Gastos com Ensino Infantil	50%	-----
Total das Despesas realizadas com Ensino Infantil	%	-----
Mínimo legal para Gastos com Despesas de Capital	15%	-----
Total das Despesas realizadas com Despesas de Capital	%	-----

2.2 – DAS DEMAIS DESPESAS REALIZADAS

Analisadas as despesas com pagamento de pessoal e encargos sociais – administrativos, transporte escolar e demais despesas realizadas no exercício de 2021 com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, observou-se o total cumprimento da legislação pertinente.

3. DO SALDO FINANCEIRO

Aos 31/12/2021, verificou-se um saldo financeiro nas contas correntes nº 35.003-6 e 20.057-3, do Banco do Brasil onde são movimentados os recursos do FUNDEB, no valor de R\$ 1.746.631,87, que estão parcialmente compromissados com os restos a pagar do exercício inscritos no exercício de 2021 no montante de R\$ 732.902,90, despesas extraorçamentárias (INSS retido do servidor e Empréstimo Consignado) no valor de R\$ 114.291,50 e IRRF na importância de R\$ 25.000,00 (Quadro abaixo), atendendo às disposições do inciso II do § 4º do art. 16 da Instrução Normativa TCE/MG 02/2021, que autoriza a utilização de até 10% (dez por cento) destes recursos no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional, nos termos do § 3º do art. 25 da Lei Federal nº 14.113/2020.

Descrição	Valor (R\$)
Saldo em 31/12/2021 (Conforme TCEMG)	1.746.631,87
(-) Consignações até 11/2021 (Pensão Alimentícia)	11.882,36
Saldo em 31/12/2021 (Conforme Extrato Bancário)	1.734.749,34
(-) Imposto de Renda e ISSQN – Transferido no início de 2022 (Ref. Folha de Pag. Dezembro e 13/2021)	54.659,40
(-) Restos a Pagar 2021	732.902,90
(-) Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	0,00
(-) Depósitos e Consignações (INSS Descontado, Empréstimos Consignados e etc.)	114.291,50
(=) Superávit Financeiro	832.895,54

4. CONCLUSÃO DO CONSELHO DO FUNDEB

Assim, com fulcro na legislação em epígrafe e nas Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no exercício do acompanhamento e controle social dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da

Educação – FUNDEB, o Conselho Municipal do FUNDEB de GUARANÉSIA- MG, com vistas a garantir o cumprimento dos fins a que se destina tal recurso, procedeu à análise das despesas com pessoal, encargos sociais, transporte, equipamentos e material permanente na prestação de contas do exercício de 2021 e concluiu que foi observada a perfeita consonância com a legislação vigente, considerando, portanto, regular estas despesas públicas para o fomento da educação básica do Município de GUARANÉSIA- MG.

É o Parecer.

Guaranésia (MG), 18 de março de 2022.

- Representantes do Poder Executivo:



Flaviana Cristina da Silva



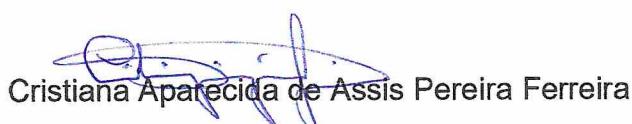
Andréia Cristina Felipe Lopes

- Representante dos Professores:



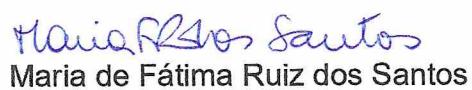
Adriene Aparecida da Silva Marques

- Representante dos Diretores das Escolas Municipais:



Cristiana Aparecida de Assis Pereira Ferreira

- Representante dos Servidores Técnicos/Administrativos:



Maria de Fátima Ruiz dos Santos

- Representante dos Pais de Alunos:


Mônica de Moraes Silva Ramos

Mônica de Moraes Silva Ramos


Daiane Maria Pereira dos Santos

Daiane Maria Pereira dos Santos

- Representante dos Estudantes:

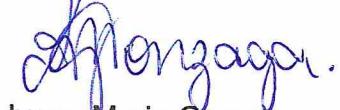

William Silva Santos


Ana Elis Marino da Silva

- Representante do Conselho Tutelar:


Alessandra de Fátima Rodrigues Pellicer

- Representante do Conselho Municipal de Educação:


Ivone Maria Gonzaga

- Representante da Sociedade Civil


Patricia Gonçalves Minchillo


Jaraiána Pedroso de Oliveira

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)	64.293.866,37	Despesas Orçamentária (VII)	60.553.133,10
Ordinária	22.523.535,03	Ordinária	20.558.106,23
Vinculada	41.770.331,34	Vinculada	39.995.026,87
Alienação de Bens	1.199.226,15	Alienação de Bens	666.478,79
Auxílio Financeiro no Enfrentamento à Covid-19 para Aplicação em Ações	211,88	Bloco de Custo - SUS	4.858.947,78
Bloco de Custo - SUS	5.585.079,10	Contr.de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE)	7.792,80
Contr.de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE)	12.823,65	Contr para Custo dos Serv.de Ilum.Pública(COSIP)	1.864.581,42
Contr para Custo dos Serv.de Ilum.Pública(COSIP)	2.107.517,82	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE)	5.449,40
Convênios Vinculados à Outros	1.000.433,38	Convênios Vinculados à Outros	1.097.981,68
Emendas Parlamentares Individuais - Transferência Especial	964.038,31	Emendas Parlamentares Individuais - Transferência Especial	768.553,65
FUNDEB 40%	1.247.664,01	FUNDEB 40%	1.641.919,33
FUNDEB 60%	8.191.644,84	FUNDEB 60%	6.950.203,77
Multas de Trânsito	96,32	Operações de Crédito Internas	37.899,24
Operações de Crédito Internas	308,04	Outras Transf. de Convênios	1.060.500,00
Outras Transf. de Recursos do FNDE	3.100,04	Outras Transf. de Recursos do FNDE	13.188,08
Outras Transf. de Recursos do SUS	106.822,90	Outras Transf. de Recursos do SUS	31.121,00
PTE - Prog. Transporte Escolar	109.964,99	PTE - Prog. Transporte Escolar	68.895,90
REC IMP E TRANSF IMP VINC EDUCACAO	4.176.640,32	REC IMP E TRANSF IMP VINC SAUDE	2.543.444,91
REC IMP E TRANSF IMP VINC SAUDE	13.601.207,38	Rec.do FNDE Ref.Pr.Nac.de Alim.Escolar (PNAE)	15.330.064,15
Rec.do FNDE Ref.Pr.Dinheiro Dir.na Escola (PDDE)	228,77	Rec.do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS)	218.575,09
Rec.do FNDE Ref.Pr.Nac.de Alim.Escolar (PNAE)	188.872,88	Rec.do Fundo Estadual de Saúde	55.955,67
Rec.do FNDE Ref.Pr.Nac.de Apoio Transp.Esc.(PNATE)	32.219,45	Rec.do Fundo Nac.de Assist.Social(FNAS)	917.860,12
Rec.do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS)	55.919,87	Rec.do SUS p/Invest.na Rede de Serv.de Saúde	507.425,78
Rec.do Fundo Estadual de Saúde	728.715,75	Salário-Educação	229.900,00
Rec.do Fundo Nac.de Assist.Social(FNAS)	321.934,26	Serviços de Saúde	65.954,08
Rec.do SUS p/Invest.na Rede de Serv.de Saúde	380.098,39	Transf. Especial do Estado - Acordo Jud. Repar. Impac. Socioecon.Ambien	151.778,45
Salário-Educação	496.102,21	Transferências do FUNDEB para Aplicação na Remun. dos Profis. Magis. I	558.628,85
Serviços de Saúde	146.502,10	Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	341.926,93
Transf. de Recursos para aplic. em Ações Emergencias de Apoio ao Setor	7,15	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.996.407,78
Transf. Especial do Estado - Acordo Jud. Repar. Impac. Socioecon.Ambien	1.112.903,06	Pagamentos Extraorçamentários (X)	1.996.407,78
Transferência da União da parcela dos Bônus de Assinatura de Contrato d	48,32	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	9.852.019,51
Transferências Financeiras Recebidas (II)	2.356.732,01	RP PROCESSADOS PAGOS	1.533.912,12
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.356.732,01	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.977.797,89
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	10.252.816,32	Saldo para o Exercício Seguinte (XI)	4.340.309,50
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	4.626.919,21	BANCO C/ MOVIMENTO	10.404.158,70
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.514.188,91	BANCOS C/ VINCULADAS	3.965.855,21
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.661,86	TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)	6.438.303,49
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.109.246,34		
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	800,00		
Saldo do Exercício Anterior (V)	5.902.304,39		
BANCO C/ MOVIMENTO	3.646.769,79		
BANCOS C/ VINCULADAS	2.255.534,60		
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)	82.805.719,09		

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANESIA

Exercício de 2021

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 1/3

<u>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	48.000.900,00	48.000.900,00	59.964.389,46	11.963.489,46
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.718.650,00	5.718.650,00	7.578.112,38	1.859.462,38
Impostos	4.671.650,00	4.671.650,00	6.815.229,52	2.143.579,52
Taxas	1.047.000,00	1.047.000,00	762.882,86	-284.117,14
Contribuições	1.760.000,00	1.760.000,00	2.089.529,16	329.529,16
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.760.000,00	1.760.000,00	2.089.529,16	329.529,16
Receita Patrimonial	126.040,00	126.040,00	249.193,64	123.153,64
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	500,00	500,00	209,98	-290,02
Valores Mobiliários	115.540,00	115.540,00	248.983,66	133.443,66
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização	10.000,00	10.000,00	0,00	-10.000,00
Receita de Serviços	155.000,00	155.000,00	157.244,73	2.244,73
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	11.346,10	11.346,10
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	155.000,00	155.000,00	145.898,63	-9.101,37
Transferências Correntes	40.149.710,00	40.149.710,00	49.728.631,27	9.578.921,27
Transferências da União e de suas Entidades	21.506.500,00	21.506.500,00	27.381.926,49	5.875.426,49
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	10.367.210,00	10.367.210,00	12.978.678,48	2.611.468,48
Transferências de Outras Instituições Públicas	8.276.000,00	8.276.000,00	9.368.026,30	1.092.026,30
Outras Receitas Correntes	91.500,00	91.500,00	161.678,28	70.178,28
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	4.500,00	4.500,00	0,00	-4.500,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	72.000,00	72.000,00	74.263,48	2.263,48
Demais Receitas Correntes	15.000,00	15.000,00	87.414,80	72.414,80
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.630.000,00	1.630.000,00	4.329.476,91	2.699.476,91
Alienação de Bens	1.000.000,00	1.000.000,00	1.184.758,06	184.758,06
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	449.850,00	449.850,00
Alienação de Bens Imóveis	1.000.000,00	1.000.000,00	734.908,06	-265.091,94
Transferências de Capital	630.000,00	630.000,00	3.144.718,85	2.514.718,85
Transferências da União e de suas Entidades	550.000,00	550.000,00	2.024.718,85	1.474.718,85
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	80.000,00	80.000,00	1.120.000,00	1.040.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	49.630.900,00	49.630.900,00	64.293.866,37	14.662.966,37
Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	49.630.900,00	49.630.900,00	64.293.866,37	14.662.966,37
Déficit (VI)	-	14.379.564,07	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	49.630.900,00	64.010.464,07	64.293.866,37	283.402,30

SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores

Superávit Financeiro

Reabertura de Créditos Adicionais

<u>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	45.542.220,52	52.830.160,66	51.980.749,96	50.724.071,56	49.556.044,91	849.410,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	29.339.707,82	30.669.336,61	30.596.074,14	30.596.074,14	30.170.420,73	73.262,47
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	324.000,00	282.846,50	278.301,31	278.301,31	270.916,86	4.545,19
OUTRAS DESPESAS CORRENTE	15.878.512,70	21.877.977,55	21.106.374,51	19.849.696,11	19.114.707,32	771.603,04
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	4.078.679,48	11.180.302,41	8.572.383,14	5.202.142,33	4.855.980,07	2.607.919,27
INVESTIMENTOS	2.559.522,48	9.295.714,91	6.698.726,83	3.328.486,02	3.021.992,60	2.596.988,08
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.519.157,00	1.884.587,50	1.873.656,31	1.873.656,31	1.833.987,47	10.931,19

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANESIA

Exercício de 2021

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 2/3

<u>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
Reserva de Contingência (X)	10.000,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
	10.000,00	1,00	0,00	0,00	0,00	1,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VII + IX + X)	49.630.900,00	64.010.464,07	60.553.133,10	55.926.213,89	54.412.024,98	3.457.330,97
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)= (XI+ XII)	49.630.900,00	64.010.464,07	60.553.133,10	55.926.213,89	54.412.024,98	3.457.330,97
Superávit (XIV)	-	-	3.740.733,27	-	-	-3.740.733,27
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	49.630.900,00	64.010.464,07	64.293.866,37	55.926.213,89	54.412.024,98	-283.402,30
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)				
DESPESAS CORRENTES	44.475,29	1.041.229,05	512.075,18	512.075,18	213.167,60	360.461,56
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTE	44.475,29	1.041.229,05	512.075,18	512.075,18	213.167,60	360.461,56
DESPESAS DE CAPITAL	472.226,54	1.109.683,86	1.058.332,64	1.021.836,94	312.747,27	247.326,19
INVESTIMENTOS	472.226,54	1.109.683,86	1.058.332,64	1.021.836,94	312.747,27	247.326,19
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	516.701,83	2.150.912,91	1.570.407,82	1.533.912,12	525.914,87	607.787,75

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

<u>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS</u>	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
DESPESAS CORRENTES	105.391,84	3.065.473,66	3.119.678,73	1.610,24	49.576,53
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.982,10	1.938.648,81	1.922.025,05	0,00	29.605,86
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	92.409,74	1.126.824,85	1.197.653,68	1.610,24	19.970,67
DESPESAS DE CAPITAL	307.241,07	851.603,10	858.119,16	168.741,59	131.983,42
INVESTIMENTOS	307.241,07	851.603,10	858.119,16	168.741,59	131.983,42
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	412.632,91	3.917.076,76	3.977.797,89	170.351,83	181.559,95

ASSINADO DIGITALMENTE
LAERCIO CINTRA NOGUEIRA

CPF
47251387620

DATA
23/03/2023

A conformidade com a assinatura pode ser verificada no site <http://serpro.gov.br/assinador-digital>

<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	10.930.258,60	PASSIVO CIRCULANTE	2.034.519,29
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10.404.158,70	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	47.053,29
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	455.308,37	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.685.191,27
ESTOQUES	70.791,53	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	302.274,73
ATIVO NÃO CIRCULANTE	77.834.535,13	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	7.214.402,53
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7.372.519,54	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR	1.030.814,73
INVESTIMENTOS	1.100.871,90	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	4.036.792,33
IMOBILIZADO	69.361.143,69	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	1.943.327,47
		OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	202.668,00
		DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	800,00
		TOTAL DO PASSIVO	9.248.921,82
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual
		RESERVAS DE CAPITAL	19.229.334,83
		RESULTADOS ACUMULADOS	60.286.537,08
		RESULTADO DO EXERCÍCIO	27.535.890,59
		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	32.749.036,25
		AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.610,24
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	79.515.871,91
TOTAL	88.764.793,73	TOTAL	88.764.793,73

ATIVO FINANCEIRO	Exercício Atual	PASSIVO FINANCEIRO	Exercício Atual
ATIVO	10.859.467,07	PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	2.035.319,29
ATIVO CIRCULANTE	10.859.467,07	PASSIVO CIRCULANTE	2.034.519,29
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10.404.158,70	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	47.053,29
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	455.308,37	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.685.191,27
		DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	302.274,73
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	10.859.467,07	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	800,00
		DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	800,00
		CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	4.626.919,21
		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	571.292,05
		TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	7.233.530,55
ATIVO PERMANENTE	Exercício Atual	PASSIVO PERMANENTE	Exercício Atual
ATIVO	77.905.326,66	PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	7.213.602,53
ATIVO CIRCULANTE	70.791,53	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	7.213.602,53
ESTOQUES	70.791,53	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	1.030.814,73
ATIVO NÃO CIRCULANTE	77.834.535,13	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	4.036.792,33
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7.372.519,54	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	1.943.327,47
INVESTIMENTOS	1.100.871,90	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	202.668,00
IMOBILIZADO	69.361.143,69		
		TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE	7.213.602,53
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	77.905.326,66		
SALDO PATRIMONIAL			74.317.660,65

COMPENSAÇÕES

Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2.386.750,63	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	360.325.513,93
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	2.386.750,63	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	360.325.513,93
TOTAL			

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL
------------------------	-----------------

Para exibir estas informações é necessário corrigir as inconsistências apontadas nas pré-validações de encerramento mensal/anual: "Consistências sistêmicas" e/ou "Consistências contábeis" na(s) entidade(s): 1.

Administração Direta, Indireta e Fundacional

VARIACÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual
VARIACÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	92.001.507,05
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.724.106,97
IMPOSTOS	5.925.218,73
TAXAS	798.888,24
CONTRIBUIÇÕES	2.089.529,16
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	2.089.529,16
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	157.454,71
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	157.454,71
VARIACÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	27.668.559,89
JUROS E ENCARGOS DE MORA	39.078,22
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	248.983,66
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	27.380.498,01
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	45.880.962,57
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.356.732,01
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	43.398.557,66
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	74.263,48
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	51.409,42
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	6.101,29
GANHOS COM ALIENAÇÃO	6.101,29
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	9.474.792,46
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	9.474.792,46
VARIACÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	64.465.616,46
PESSOAL E ENCARGOS	30.406.046,51
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	29.719.325,07
ENCARGOS PATRONAIS	686.721,44
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	980,00
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	980,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	13.025.698,54
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	3.748.251,90
SERVIÇOS	9.277.446,64
VARIACÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	11.894.200,50
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	272.343,64
JUROS E ENCARGOS DE MORA	22.686,84
VARIACÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	6.706,50
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	11.592.463,52
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	8.225.902,25
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.996.407,78
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	1.357.252,46
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	300.605,55
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	4.571.636,46
TRIBUTÁRIAS	910.940,66
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	820.651,46
CONTRIBUIÇÕES	90.289,20
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.848,00
PREMIAÇÕES	1.848,00
Resultado Patrimonial do Período	27.535.890,59

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANESIA

Exercício 2021

Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 1

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Exercício Atual
INGRESSOS	63.783.990,82
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.578.112,38
Receita de Contribuições	2.089.529,16
Receita Patrimonial	209,98
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	157.244,73
Remuneração das Disponibilidades	248.983,66
Transferências recebidas	52.873.350,12
Intergovernamentais	43.505.323,82
da União	29.406.645,34
dos Estados e Distrito Federal	14.098.678,48
do Município	0,00
Outras transferências recebidas	9.368.026,30
Outras Receitas/Ingressos Operacionais	161.678,28
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	674.882,51
DESEMBOLSOS	53.891.902,41
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	47.160.309,19
Administração	6.206.487,74
Agricultura	10.775,52
Assistência Social	1.173.287,41
Comércio e Serviços	5.904,00
Comunicações	0,00
Cultura	250.230,32
Desporto e Lazer	749.768,52
Educação	10.112.275,35
Encargos Especiais	693.403,77
Gestão Ambiental	302.603,56
Habitação	31.231,00
Indústria	175.750,51
Judiciária	36.441,17
Legislativa	1.338.986,31
Previdência Social	1.104.748,63
Saneamento	310.097,48
Saúde	19.162.843,71
Segurança Pública	109.838,61
Transporte	888.814,04
Urbanismo	4.496.821,54
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	270.916,86
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	270.916,86
TRANSFERÊNCIAS	2.120.366,86
Intergovernamentais	94.108,09
a Estados e ao Distrito Federal	91.086,16
a Consórcios Públicos	3.021,93
Intragovernamentais	142.583,82
Outras Transferências Concedidas	1.883.674,95
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	4.340.309,50
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	9.892.088,41

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

	Exercício Atual
INGRESSOS	1.184.758,06
Alienação de Bens	1.184.758,06
Amortização de Empréstimos Financiamentos Concedidos	0,00
DESEMBOLSOS	4.741.004,69
Aquisição de Ativos Não Circulante	4.741.004,69
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	-3.556.246,63

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

	Exercício Atual
INGRESSOS	0,00
Operações de Créditos	0,00
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	0,00
DESEMBOLSOS	1.833.987,47
Amortização / Refinanciamento da Dívida	2.156,95
Outros Desembolsos de Financiamentos	1.831.830,52
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	-1.833.987,47

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO

	Exercício Atual
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	4.501.854,31
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	5.902.304,39
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	10.404.158,70

ANEXO II
Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art.212 da C.F; Emenda Constitucional nº 53/06, leis nº 9.394/96 e 11.494/07)

Período: Anual (Valor em R\$)

Receitas	Valor
A - Receitas de Impostos	
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	1.185.316,83
11130311 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.185.316,83
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	50.097,22
11130341 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	50.097,22
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	2.852.268,29
11180111 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	2.034.355,77
11180112 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	23.592,08
11180113 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	566.958,34
11180114 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	227.362,10
Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	1.388.630,42
11180141 - Imposto sobre Transmissão "Intervivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	1.388.630,42
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.338.916,76
11180231 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	1.266.818,49
11180232 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	15.486,14
11180233 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	41.323,67
11180234 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros	15.288,46
Subtotal	6.815.229,52
B - Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	
Transferências Constitucionais e Legais	39.519.949,54
17180121 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	22.670.624,67
17180131 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal	993.681,16
17180141 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal	877.765,82
17180151 - Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	58.560,64
17280111 - Cota-Parte do ICMS - Principal	12.082.222,32
17280121 - Cota-Parte do IPVA - Principal	2.698.744,87
17280131 - Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	138.350,06
Subtotal	39.519.949,54
A - Total das Receitas	46.335.179,06
B - Aplicação Devida (art. 212 da CF/88)	25,00%
C - Valor da aplicação	21,74%
D - Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional	1.510.651,29

ANEXO III
Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da CR/88; EC nº 53/06, leis 9.394/96, 11.494/07 e IN 05/2012)

Período: Anual

(Valor em R\$)

Função/ Subfunção/ Programa	Valor Pago	Resto a Pagar Não Processado	Resto a Pagar Processado	Total
12 - Educação	2.236.109,70	207.217,92	100.117,29	2.543.444,91
122 - Administração Geral	520.542,00	36.827,03	4.879,35	562.248,38
52 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	520.542,00	36.827,03	4.879,35	562.248,38
128 - Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00
271 - Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00
272 - Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00
273 - Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00
361 - Ensino Fundamental	730.570,32	98.454,49	45.215,18	874.239,99
251 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	280.280,71	0,00	3.775,86	284.056,57
403 - ENSINO FUNDAMENTAL	195.238,66	6.593,38	2.042,26	203.874,30
407 - TRANSPORTE ESCOLAR	255.050,95	91.861,11	39.397,06	386.309,12
365 - Educação Infantil	984.997,38	71.936,40	50.022,76	1.106.956,54
251 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	75.132,89	0,00	2.446,82	77.579,71
401 - EDUCAÇÃO INFANTIL	909.864,49	71.936,40	47.575,94	1.029.376,83
366 - Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00
367 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.236.109,70	207.217,92	100.117,29	2.543.444,91

Descrição	Valor
Valor Pago (A)	2.236.109,70
Contribuição ao FUNDEB (Lei nº 11.494/2007)	7.529.698,57
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	307.335,21
Subtotal (C = A + FUNDEB + B)	10.073.143,48
Disponibilidade de caixa (D)	752.706,86
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (E)	359.751,76
Saldo de Disponibilidade de Caixa (F = D - E)	392.955,10
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (G = B - F)	0,00
Restos a Pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (H)	0,00
Total Aplicado (I = C - G + H)	10.073.143,48

Anexo IV

Período: Anual

(Valor em R\$)

Receitas	Valor
A - Receitas de Impostos	
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	1.185.316,83
11130311 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	1.185.316,83
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	50.097,22
11130341 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	50.097,22
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	2.852.268,29
11180111 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	2.034.355,77
11180112 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	23.592,08
11180113 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	566.958,34
11180114 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	227.362,10
Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	1.388.630,42
11180141 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	1.388.630,42
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.338.916,76
11180231 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	1.266.818,49
11180232 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	15.486,14
11180233 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	41.323,67
11180234 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros	15.288,46
Subtotal	6.815.229,52
B - Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	
Transferências Constitucionais e Legais	37.648.502,56
17180121 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	22.670.624,67
17180151 - Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	58.560,64
17280111 - Cota-Parte do ICMS - Principal	12.082.222,32
17280121 - Cota-Parte do IPVA - Principal	2.698.744,87
17280131 - Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	138.350,06
Subtotal	37.648.502,56
Total das Receitas (A)	44.463.732,08

Resumo da Aplicação das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Exercício Atual	Percentual	Valor
B - Aplicação Devida (art. 7º da LC nº 141/2012)	15,00%	6.669.559,81
C - Valor da Aplicação	35,55%	15.805.146,65
D - Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional (C - B)		9.135.586,84

Resíduo de Exercício Anterior

Resíduo do Exercício Anterior	Valor
E - Valor não Aplicado de Exercício Anterior	0,00
F - Aplicação no Exercício Atual Referente ao Resíduo de Exercício Anterior	0,00
G - Diferença (F - E)	0,00

Anexo V
Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)

Período: Anual

(Valor em R\$)

Função/ Subfunção/ Programa	Valor Pago	Resto a Pagar Não Processado	Resto a Pagar Processado	Total
10 - Saúde	14.680.686,31	323.922,56	325.455,28	15.330.064,15
122 - Administração Geral	1.053.062,18	32.525,03	16.942,26	1.102.529,47
52 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.053.062,18	32.525,03	16.942,26	1.102.529,47
128 - Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00
271 - Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00
272 - Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00
273 - Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00
301 - Atenção Básica	1.363.625,61	75.630,88	15.909,16	1.455.165,65
203 - ASSISTENCIA DOMICILIAR DE SAÚDE	1.363.625,61	75.630,88	15.909,16	1.455.165,65
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	11.469.425,95	179.546,61	279.603,16	11.928.575,72
210 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E	11.469.425,95	179.546,61	279.603,16	11.928.575,72
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	327.407,43	25.573,83	3.795,00	356.776,26
230 - ASSISTENCIA FARMACÉUTICA	327.407,43	25.573,83	3.795,00	356.776,26
304 - Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00
305 - Vigilância Epidemiológica	386.060,16	5.629,25	9.205,70	400.895,11
245 - VIGILANCIA EM SAÚDE	386.060,16	5.629,25	9.205,70	400.895,11
306 - Alimentação e Nutrição	81.104,98	5.016,96	0,00	86.121,94
250 - ASSISTÊNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	81.104,98	5.016,96	0,00	86.121,94
511 - Saneamento Básico Rural (quando for o caso, conforme art. 3º, VI e VII, da L.C n. 141/2012)	0,00	0,00	0,00	0,00
512 - Saneamento Básico Urbano (quando for o caso, confor	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	14.680.686,31	323.922,56	325.455,28	15.330.064,15

II - TOTAL DA APLICAÇÃO NA SAÚDE

Descrição	Valor
1- Valor Pago	14.680.686,31
2 - Restos a Pagar Inscritos no Exercício	649.377,84
3 - Subtotal (1 + 2)	15.330.064,15
4 - Resto a Pagar inscritos no exercício sem disponibilidade financeira.	893.432,34
5 - Resto a Pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736).	1.124.460,34
6 - TOTAL APlicado (3 - 4 + 5)	15.561.092,15

III - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA PARA COBERTURA DOS RESTOS A PAGAR DA EDUCAÇÃO CONSIDERADOS NA APLICAÇÃO CONSTITUCIONAL

* TABELA EXIBIDA APENAS NO 6º BIMESTRE

Descrição	Valor
7 - Disponibilidade Bruta de Caixa	-244.054,50
8 - Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	3.312,00
9 - Disponibilidade de Caixa para fins de inscrição em restos a pagar (7-8)	-247.366,50
10 - Disponibilidade Comprometida com Restos a Pagar não Computados na Aplicação	0,00
11 - Disponibilidade para Cobertura dos Restos a Pagar da Saúde (9 - 10)	-247.366,50

Anexo VI - Demonstrativo da Aplicação do Resíduo (art. 25 da LC 141/2012)

Período: Anual	(Valor em R\$)
Função/SubFunção/Programa	Valor
10 - Saúde	
122 - Administração Geral	0,00
128 - Formação de Recursos Humanos	0,00
271 - Previdência Básica	0,00
272 - Previdência do Regime Estatutário	0,00
273 - Previdência Complementar	0,00
301 - Atenção Básica	0,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	0,00
304 - Vigilância Sanitária	0,00
305 - Vigilância Epidemiológica	0,00
306 - Alimentação e Nutrição	0,00
511 - Saneamento Básico Rural (quando for o caso, conforme art. 3º, VI e VII, da LC n. 141/2012)	0,00
512 - Saneamento Básico Urbano (quando for o caso, conforme art. 3º, VI e VII, da LC n. 141/2012)	0,00
Total	0,00

Anexo VII - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder

Período: Anual	(Valor em R\$)		
Despesa Total com Pessoal no Ano	Executivo	Legislativo	Município
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
3.1.71.70.00.00 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	5.592,82	0,00	5.592,82
3.1.90.01.02.00 - Aposentadorias Custeadas com Rec. Ordin. do Tes.	740.721,54	0,00	740.721,54
3.1.90.03.02.00 - Pensões Custeadas com Recursos Ordin. do Tes.	311.745,48	0,00	311.745,48
3.1.90.04.99.00 - Outros	2.373.137,85	0,00	2.373.137,85
3.1.90.11.01.00 - Pessoal (Recursos: Mínimo de 60% do FUNDEB)	880.974,06	0,00	880.974,06
3.1.90.11.02.00 - Pessoal (Recursos: até 40% do FUNDEB)	55.740,20	0,00	55.740,20
3.1.90.11.03.00 - Pessoal de Cargo Efetivo (Vinc RPPS) exceto FUNDEB	1.761,78	0,00	1.761,78
3.1.90.11.04.00 - Pessoal de Cargo Efetivo (Vinc INSS) exceto FUNDEB	18.830.461,27	362.773,55	19.193.234,82
3.1.90.11.06.00 - Subsídio de Vereador	0,00	519.542,10	519.542,10
3.1.90.11.10.00 - Subsídio de Presidente da Câmara	0,00	51.954,21	51.954,21
3.1.90.13.01.00 - FGTS (exceto o Incidente sobre o FUNDEB)	85.797,47	0,00	85.797,47
3.1.90.13.03.00 - Contrib Patronal p/ INSS (exceto sobre FUNDEB)	4.284.861,59	199.953,21	4.484.814,80
3.1.90.16.00.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	652.903,99	0,00	652.903,99
3.1.90.94.03.00 - Restituições Trabalhistas	526.363,93	0,00	526.363,93
Total da Despesa Bruta com Pessoal	28.750.061,98	1.134.223,07	29.884.285,05
Exclusões da Despesa Total com Pessoal			
(-) Inativos e Pensionistas com Fonte de Custeio Própria	0,00	0,00	0,00
(-) Indenização por Demissão de Servidores ou Empregados	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos a Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
(-) Despesa de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
(-) Sentenças Judiciais Anteriores	0,00	0,00	0,00
Total das Exclusões	0,00	0,00	0,00
Total da Despesa com Pessoal para Fins de apuração de Limite	28.750.061,98	1.134.223,07	29.884.285,05
Receita Corrente do Município			67.494.088,52
(-) Total de Deduções			7.529.699,06
(-) Deduções da Receita Corrente (Exceto FUNDEB)			0,49
(-) Deduções de Receita para formação do FUNDEB			7.529.698,57
(-) Total de Exclusões			0,00
Receitas Corrente Intraorçamentária			0,00
Contribuição dos Servidores para o Sistema Próprio de Previdência			0,00
Compensação entre Regimes de Previdência			0,00
(=) Receita Corrente Líquida do Município (Receita Base de Cálculo)			59.964.389,46
(-) Transferências Advindas de Emendas Parlamentares (art. 166, §13 da CF)			157.570,00
(=) Receita Corrente Líquida Ajustada			59.806.819,46
Cálculo do Percentual Aplicado da Despesa com Pessoal por Poder	Executivo (54%)	Legislativo (6%)	Município (60%)
Permitido pela Lei Complementar 101/2000	32.380.770,31	3.597.863,37	35.978.633,68
Total da Despesa com Pessoal	28.750.061,98	1.134.223,07	29.884.285,05
% Aplicado	47,95 %	1,89 %	49,84 %

MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANESIA

Betha Sistemas
Exercício de 2021
Versão: 02

Anexo VIII - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB

Período: Anual

(Valor em R\$)

I - RECURSOS

Natureza da Receita		Valor
1 - FUNDEB - Impostos e transferências de impostos		9.439.308,85
1.1 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB 1.7.5.8.01.1.1		9.368.026,30
1.2 - Rendimentos da Aplicação Financeira (NR 1.3.2.1.00.1.1 + NR 1.3.2.1.00.5.1)		71.282,55
2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT		0,00
2.1 - Transferências de Recursos da Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB 1.7.1.8.09.1.1		0,00
2.2 - Rendimentos da Aplicação Financeira (NR 1.3.2.1.00.1.1 + NR 1.3.2.1.00.5.1)		0,00
3 - Total (1 + 2)		9.439.308,85
4 - Devolução de recursos do FUNDEB, recebidos em atraso, para as contas de origem dos recursos. (Consulta 1.047.710)		0,00
5 - Receita Total (3 - 4)		9.439.308,85

II - APLICAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Função / Subfunções / Programas	Despesas Custeadas com Recursos FUNDEB - Impostos e Tranferencias de Impostos			Despesas Custeadas com Recursos FUNDEB - Complementação da União - VAAT		
	118	119	Total até o Bimestre	166	167	Total até o Bimestre
Educação						
361 - Ensino Fundamental	6.950.203,77	336.684,96	7.286.888,73	0,00	0,00	0,00
403 - ENSINO FUNDAMENTAL	6.950.203,77	23.605,59	6.973.809,36	0,00	0,00	0,00
407 - TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	313.079,37	313.079,37	0,00	0,00	0,00
6 - Subtotal Valor Pago	6.950.203,77	336.684,96	7.286.888,73	0,00	0,00	0,00
	Inscritos na fonte 118	Inscritos na fonte 119	Total até o Bimestre	Inscritos na fonte 166	Inscritos na fonte 167	Total até o Bimestre
7 - Restos a Pagar Processados do Exercício	0,00	110.523,41	110.523,41	0,00	0,00	0,00
8 - Restos a Pagar Não Processados do Exercício	0,00	17.199,43	17.199,43	0,00	0,00	0,00
9 - Subtotal Restos a Pagar (7+8)	0,00	127.722,84	127.722,84	0,00	0,00	0,00
10 - Total (6 + 9)	6.950.203,77	464.407,80	7.414.611,57	0,00	0,00	0,00
	Inscritos na fonte 118 (A)	Inscritos na fonte 119 (B)	Total até o Bimestre (C=A+B)	Inscritos na fonte 166 (D)	Inscritos na fonte 167 (E)	Total até o Bimestre (F=D+E)
11 - Restos a Pagar Inscritos no Exercício Sem Disponibilidade Financeira						
12 - Restos a Pagar de Exercícios Anteriores Sem Disponibilidade Financeira pagos no exercício atual (Consulta 932.736)						
13 - Total (10 + 11 + 12)	6.950.203,77	464.407,80	7.414.611,57	0,00	0,00	0,00

III - GASTOS COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EFETIVO EXERCÍCIO

Descrição	Percentual	Valor
14 - Receita total do FUNDEB	100,00%	9.439.308,85
15 - Valor legal mínimo	70,00%	6.607.516,20
16 - Valor aplicado na remuneração de profissionais da EDUCAÇÃO BÁSICA - Fontes 118 e 166 (13A+13D)	73,63%	6.950.203,77

IV - APURAÇÃO DO VALOR NÃO APLICADO CONFORMEART. 25, §3º, DA LEI 14.113/2020

Descrição	Valor	Percentual	Valor máximo permitido(10%)
17.1 - FUNDEB - Impostos e transferências de impostos (1 - 4 - 13C)	2.024.697,28	21,45%	
17.2 - FUNDEB - Complementação da União - VAAT (2 - 13C)	0,00	0,00%	
17 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	2.024.697,28	21,45%	943.930,89

MINAS GERAIS
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANESIA

Betha Sistemas
Exercício de 2021
Versão: 02

Anexo VIII - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB

Período: Anual

(Valor em R\$)

IX - DISPONIBILIDADE DE CAIXA

Conta bancária	Fonte de Recurso	Saldo Inicial	Saldo Final
117923 / BANCO DO BRASIL S.A. / 2096-6 / 35.003-6 / Vinculada	118	481.024,81	992.821,57
105790 / BANCO DO BRASIL S.A. / 20966-0 / 20.057-3 / Vinculada	119	-12.278,73	-28.740,18
105790 / BANCO DO BRASIL S.A. / 20966-0 / 20.057-3 / Vinculada	118	13.319,12	28.740,18
117923 / BANCO DO BRASIL S.A. / 2096-6 / 35.003-6 / Vinculada	119	77.542,00	762.147,65

*TABELA EXIBIDA APENAS NO 6º BIMESTRE

Gestor(a) do FUNDEB

Nome: ROSANE DE MORAES FIGUEIREDO

CPF: 030.488.136-83

Cargo: SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Endereço: RUA JOÃO DELORENZO, 227 - PARQUE DO TREVO, Guaranésia - MG, 00000-000

Telefone: 35553556

ASSINADO DIGITALMENTE
LAERCIO CINTRA NOGUEIRA

CPF

DATA

47251387620



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – DCASP CONSOLIDADO

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Município de GUARANÉSIA, Estado de Minas Gerais, é composto pelos Poderes Poder Legislativo e Executivo.

O seu orçamento total é composto por receitas estimadas e despesas fixadas em observância aos princípios orçamentários da Unidade e Universalidade.

A Estrutura Administrativa do Poder Executivo compõe-se também de Fundos Especiais.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em observância aos dispositivos legais que regulam o tema, em especial a Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidades aplicadas ao setor público (NBCASP), as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) e as demais disposições normativas vigentes, tais como a Instrução Normativa 03/2015 do TCE-MG.

NOTA 3 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, de acordo com a IPC 07, de autoria da Secretaria do Tesouro Nacional, demonstra as receitas e despesas previstas/fixadas em confronto com as realizadas.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação.

Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária e de outras dívidas constam, destacadamente, nas receitas de operações de crédito internas e externas e, nesse mesmo nível de agregação, nas despesas com amortização da dívida de refinanciamento.

Também compõem o balanço orçamentário consolidado dois quadros demonstrativos de execução de Restos a Pagar, sobre os quais podem ser observadas as inscrições de R.P. Processados e R.P. não Processados. Entende-se por R.P. Processados aqueles em que o estágio de Liquidação da despesa já tenha ocorrido, ou seja, houve a verificação do direito líquido e certo do credor. Entende-se por R.P. não Processados aqueles em que o estágio de Liquidação da despesa ainda não ocorreu, ficando tal confirmação para o exercício seguinte.

Receitas e Despesas

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG nº 163, de 04/05/2001 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os detalhamentos previstos na DISCRIMINAÇÃO DAS NATUREZAS DE RECEITA COMPATIBILIZADA COM AS FONTES DE RECURSOS, expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

O registro, no aspecto orçamentário, e obedecendo ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, levando em consideração o Plano de Contas aplicado ao setor público, devidamente relacionado com as contas correntes relacionadas com as receitas e despesas, sendo para as receitas as rubricas devidamente codificadas e para as despesas o relacionamento com os órgãos, unidades, dotações orçamentárias completas e fontes de recursos.

NOTA 4 – BALANÇO FINANCEIRO

De acordo com a Instrução de Procedimento contábil (IPC) 07, o Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Assim, o Balanço Financeiro contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

Neste Balanço Financeiro consolidado do Município pode ser observada a transferência financeira concedida ao Poder Legislativo, cuja aplicação foi destinada à manutenção de suas atividades, nos termos do art. 29 A da Constituição da República.

NOTA 5 – BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial foi apresentado nos padrões exigidos pela Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04, de autoria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). É a demonstração contábil que evidencia a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

O Balanço Patrimonial é composto por quatro quadros demonstrativos, sendo: Quadro Principal; Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; Quadro das Contas de Compensação; e quadro do Superávit/ Déficit Financeiro.

Podem-se utilizar as seguintes definições para analisar o Balanço Patrimonial:

5.1 Ativo – são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

5.2. Passivo – são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

5.3. Patrimônio Líquido – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

5.4. Contas de Compensação – compreendem os atos que possam vir a afetar o patrimônio.

5.5. Dívida Ativa - Ajuste a Valor Recuperável - Em decorrência do elevado grau de incerteza no recebimento dos valores inscritos em dívida ativa, foi realizado levantamento dos montantes dos Créditos tributários e de Créditos não tributários, passíveis de cobrança administrativa e judicial, figurando em Ativo não Circulante, junto à conta sintética Créditos a Longo Prazo.

5.6. Ativo Imobilizado - O Ativo Imobilizado é avaliado segundo seu custo de aquisição. Compõe a conta de Ativo Imobilizado os bens móveis, os bens imóveis, a conta denominada Obras em Andamento, que por ocasião do tombamento do bem específico terá seus valores transferidos às respectivas contas patrimoniais. Com o advento das novas normas de contabilidade, o ingresso no ativo imobilizado passou a ter a sua origem na liquidação de despesas de capital a exemplo 44.90.51, 44.90.52 e 44.90.61.

5.7. Ativo Intangível - O Ativo intangível é avaliado segundo seu custo de aquisição. O Município não tem registros atuais relacionados com ativos intangíveis.

5.8. Depreciação, Amortização e Exaustão - São realizados os lançamentos de depreciação / amortização / exaustão quando são realizadas as reavaliações, nos termos da Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015.

5.9. Obrigações a longo prazo - O Município classifica os parcelamentos de débitos, empréstimos e financiamentos junto aos Bancos concentrado na entidade Prefeitura Municipal.

5.10. Provisões matemáticas previdenciárias - O Município não tem provisões matemáticas previdenciárias por não ter Regime Próprio de Previdência Social.

5.11. Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes - Este quadro considera o critério adotado pela Lei 4.320/64 em que apura o superávit financeiro para efeito de fonte de recursos para créditos adicionais. Logo, ele leva em consideração as contas com saldos devidamente identificadas pelo atributo “F”, nos termos propostos pela normatização.

5.12. Quadro das contas de compensação - Este quadro considera todas as contas da Classe 8 do Plano de Contas aplicado ao setor público (PCASP) de Atos Potenciais em que o saldo é diferente de zero, ou seja, os Atos Potenciais destacados ainda têm saldos a executar. Neste caso, os ativos estão relacionados com os direitos dos contratos e convênios ou mesmo garantias devidas a administração, enquanto os passivos são aqueles em que os saldos destes mesmos instrumentos se referem a obrigações da administração.

NOTA 6 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais é elaborada a fim de demonstrar as variações quantitativas ocorridas no patrimônio da entidade ou do ente, demonstradas por meio de resultado das classes 3 e 4 do Plano de Contas aplicado ao setor público.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas (Classe 4) e diminutivas (Classe 3). O valor apurado compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício. O Resultado consolidado do Município é a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e as Variações Patrimoniais Diminutivas

NOTA 7 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Nos termos da Instrução de Procedimento Contábil (IPC) 08, a Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

Foi elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregadas nos fluxos de operações, de investimentos e de financiamentos. A soma dos três fluxos corresponde à diferença entre o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa do exercício atual com o mesmo saldo apontado no exercício anterior.

Visa a demonstração da liquidez em cada um dos fluxos de caixa, em que são incluídos os restos a pagar. O valor do fluxo de caixa é a diferença entre os ingressos e os desembolsos de cada um dos fluxos, o que conforme o Demonstrativo consolidado deste Município.

